



Parlamento **p.10**

Governo sacode responsabilidades no caso do Panteão Nacional



Regionais **p.12**

Madeira é alvo de “discriminações inaceitáveis”

# POVO LIVRE



n.º 1990

15 de novembro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA  
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>

**REFORÇAR  
A DEFESA  
EUROPEIA  
SEM  
FEDERALIZAR**



Pedro Passos Coelho esteve numa reunião do PPE em Braga



Reunião do PPE em Braga

## Reforçar a defesa europeia sem federalizar

O presidente do PSD defende um “reforço e ampliação de respostas na área da Defesa” na União Europeia, mas opõe-se à sua federalização que implica a criação de um “exército europeu”.

Pedro Passos Coelho, que participava num jantar debate no âmbito das jornadas do Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu (PPE), dia 9, deu conta do desafio que vai lançar ao Executivo português para que explicite “quais são as linhas vermelhas” de Portugal na área da defesa europeia.

“Desejamos o reforço e ampliação de respostas na área da Defesa, mas não queremos com este processo criar um exército europeu”, afirmou Pedro Passos Coelho, deixando um aviso a António Costa: “Não damos o aval ao Governo para um processo que venha desembocar neste resultado”.

“Convidaremos o Governo a deixar muito claro quais são as ‘linhas vermelhas’ para Portugal neste processo”, declarou.

Num discurso centrado na importância de um caminho de cooperação reforçada na área da Segurança e Defesa ao nível da União Europeia, Pedro Passos Coelho avisou que o PSD não vai “passar um cheque em branco” ao Governo naquela área.

“É preciso transparência neste processo”, referiu.



Miguel Morgado, deputado do PSD, considera que, para o PSD, “a Cooperação Estruturada Permanente não deve evoluir para a criação de um Exército Comum Europeu, nem para a especialização por país das valências das forças armadas nacionais”.

O deputado adverte que “querer esconder esta discussão do carácter evolutivo deste processo, seja por receio dos parceiros da geringonça, seja por que razão for, é perder de vista as lições da história da integração europeia”.

### Carlos Costa Neves: “Não passamos cheques em branco”

“Não passamos cheques em branco”, assegurou na sexta-feira o deputado Carlos Costa Neves, em audição aos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, no que se refere à Cooperação Estruturada Permanente. “Só apoiamos o que conhecemos efetivamente”, afirmou, depois de ter reforçado que, tratando-se de “um desígnio exigente”, “tem de haver rigor e transparência”. Esclareceu, assim, que “só com um efetivo envolvimento da AR existirá uma posição de Portugal”.

“Estamos no domínio da partilha de soberania e no âmago da identidade nacional”, referiu o social-democrata. “Uma defesa europeia implica a afirmação de compromissos vinculativos”, explicou, salientando ser necessário que a Assembleia da República (AR) tenha conhecimento de elementos como: “condições de acesso estabelecidas, plano de implementação, teor de possíveis penalizações”.

De acordo com Carlos Costa Neves, “a construção da União de Defesa foi conduzida pelo Governo de forma inaceitável”. Justificou a sua afirmação com o facto de o Executivo não ter auscultado, nem debatido o assunto e, assim, não se ter sujeito “às mais elementares regras da democracia”, já que “nunca promoveu o envolvimento institucional da AR”.

Destacando que “a democracia e o Estado de Direito assentam em procedimentos, regras e leis”, o social-democrata afirmou “o mais veemente repúdio” pela forma como o processo tem sido conduzido pelo Governo. “É inaceitável”, precisou, referindo que “esta não é a conceção de democracia do PSD”.





Maria Luís Albuquerque em Bruxelas

## É preciso mais do que o Plano Juncker

Maria Luís Albuquerque afirmou, dia 7, em Bruxelas, que muitos dos projetos empreendedores e de investimento começados durante o Governo anterior eram “ótimos”. “Nós conseguimos com que avançassem, mas hoje o empurrão para os completar já não está lá”, salientou.

“Estamos felizes com o Plano Juncker, mas por si só é redutor, é preciso mais. Há sempre a responsabilidade nacional, não devemos estar à espera da União Europeia”, disse.

Sobre a dicotomia investimento público e privado, a antiga ministra de Estado e das Finanças defendeu que, no investimento público, “devem existir mecanismos de controlo, para que o dinheiro dos contribuintes seja bem utilizado. As PME’s podem ter a vida facilitada, mas tem de haver controlo”. Por outro lado, é o setor privado que deve levar a cabo mais investimento, pois “é quem tem mais a perder se não fizer as escolhas certas, e pelo contrário, com o dinheiro dos contribuintes, estas empresas têm pouco a perder”.

Num painel dedicado à importância do Plano Juncker, a vice-presidente do PSD alertou que este deve ter em conta o tamanho das PME de país para país, chamando ainda a atenção para a falta de plataformas que juntem os projetos que dele beneficiam. “As falhas de mercado das PME estão muitas vezes relacionadas com o facto de não se ter em conta o seu tamanho”, disse. Ao mesmo tempo, o “setor bancário também tem de ser tido em conta e, para isso, temos de completar a união bancária que ainda não está completa.”



UE deve encontrar novas formas para beneficiar da globalização

Se a União Europeia está a ser ultrapassada por países como os EUA e a China, tal tem que ver com a demografia. Maria Luís Albuquerque recorda que o continente está “a envelhecer” e por isso é cauteloso para com o risco e aposta menos na inovação.

“Temos também a questão da atitude face ao falhanço”, continuou, “pois na Europa achamos que tal não é uma forma de aprender, ao contrário do que acontece nos EUA. Mesmo quando abordamos este assunto na Europa, só o fazemos com quem teve sucesso depois.

Devemos discutir os fracassos, que lições podemos tirar, e ter uma atitude diferente, senão não teremos capital de investimento”.

No futuro, a União Europeia deve encontrar novas formas para beneficiar da globalização, pois esta “melhorou muito o mundo. Com ela, milhares de pessoas saíram da pobreza. Precisamos de encontrar uma forma de nos reencontrarmos. Se calhar a Indústria já não é para nós [europeus], mas não há problema, porque encontraremos novas formas. A modernização da Agricultura é um bom exemplo: precisaremos sempre de comer, e a inovação neste setor torna-o cada vez mais relevante”.

## Orçamento do Estado

# Segurança e Cultura, duas marcas da desilusão

Os deputados do PSD ouviram, dia 7, os ministros da Administração Interna e da Cultura. Fizeram várias questões sobre a Segurança do País e salientaram as promessas que têm sido feitas no que diz respeito à Cultura.

“Não posso deixar de começar pelos incêndios”, assinalou esta terça-feira o social-democrata Fernando Negrão. “Marcaram indelevelmente o País e todos os portugueses”, referiu, acrescentando que “isso tem de ter consequências”, a fim que de se conjuguem os “esforços de todos para encontrar soluções ajustadas e que isto não se repita”.

Sobre os 1,2 milhões de euros anunciados para os bombeiros, o deputado referiu que apesar de “aparentemente generoso” “não vem resolver problema absolutamente nenhum”, já que existem 435 corporações e a verba disponível não parece suficiente para as necessidades.

Para Fernando Negrão, “há um problema de fundo que tem que ver com o combate aos fogos naquilo que é o seu problema nuclear”. Por isso, perguntou: “combater os fogos pode ser feito sem ter a perspetiva da prevenção?”; “o senhor admite, ou não, que combater os fogos exige um comando único que inclua a prevenção e o combate? Não será esta uma via muito mais eficaz?”.

O social-democrata interpelou ainda o ministro da Administração Interna sobre as 40 Glock que desapareceram no início do ano da Direção Nacional da PSP, apontando que “nunca mais se falou” sobre o assunto, apesar do inquérito que foi aberto. “Quais os resultados? O que é que vai ser feito para evitar repetições?”, perguntou.

### Segurança privada: “não é a primeira vez que o Governo diz que vai mexer na legislação”

Luís Marques Guedes, por sua vez, afirmou que, no que diz respeito à segurança privada, “não é a primeira vez que o Governo diz que vai mexer nesta legislação”. Recordou que apesar de se ter prometido que iria ser revista a legislação, “não aconteceu rigorosamente nada”, pelo que desafiou o ministro a “comprometer-se com datas”, no que se refere à reunião do conselho.

“A situação vivida no Aeroporto de Lisboa é um péssimo cartão de visita e um péssimo sintoma da maneira como está, ou não está, a funcionar o controlo de fronteiras”, salientou o social-democrata. “Quais são as novas orientações, em termos de gestão de recursos humanos, para que haja um controlo efetivo?”, questionou.





Luís Marques Guedes desafiou, ainda, o ministro a pronunciar-se sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. “Tivemos informação de que, no mês de setembro, houve um crescimento exponencial dos pedidos de residência, a partir daí não tivemos mais indicação absolutamente nenhuma”, afirmou, perguntando: “Tem dados que nos possa transmitir?”

Sobre a anunciada videovigilância pelas Forças de Segurança (FS), o social-democrata sublinhou que o PSD propôs que as FS aprovassem em articulação com as autarquias um plano nacional de videovigilância. “O seu Governo retirou isso da Lei, o PSD propôs na especialidade e as bancadas que o apoiam chumbaram essa medida”, salientou. “O Governo, agora, arrepiou caminho?”, questionou. “É a retoma dessa prioridade, em termos de articulação com as autarquias de um plano nacional de videovigilância pelas FS que os senhores chumbaram na lei de política criminal ou é outra coisa?”, interrogou.

## OE 2018: Cultura está “sem ambição”

As linhas para a Cultura inscritas no Orçamento do Estado para 2018, à semelhança da proposta do ano passado, mostram um Executivo sem ambição e sem linha de rumo. Nas artes, no audiovisual, no teatro, nos conteúdos curriculares, na gestão e digitalização do património arquivístico o que encontramos são “promessas e tantas expectativas”, destacou o PSD.

“O senhor ministro disse que a política é a arte do possível. Tem sido muito pouco possível”, declarou Pedro do Ó Ramos na terça-feira, 7 de novembro.

Na audição ao ministro da Cultura, para a apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para este setor, o deputado do PSD criticou o malabarismo do Executivo em tentar apresentar resultados. “Como tinha um Orçamento inferior ao do anterior Governo, o senhor ministro só falava do Orçamento executado. E não conhecem a execução do Orçamento do Estado de 2017. O Orçamento do Estado para a Cultura continua a ser uma desilusão”, referiu.

Para o PSD, sustenta Pedro do Ó Ramos, “o Ministério da Cultura continua a ser um dos ministérios mais pobres” e o Orçamento para o próximo ano revela a falta



de força política de ministro para colocar a Cultura como eixo prioritário da ação governativa. Um desinteresse que incomoda os parceiros da esquerda, o PCP e o BE. “Estes dois partidos negociaram este Orçamento. Das duas uma, ou não colocaram a Cultura no centro das vossas preocupações ou então não tiveram força política para conseguir essas pretensões”, ressaltou.

Embora tenha sido criado o Ministério da Cultura, não há “um reforço de verbas”, pois o Orçamento “cresce apenas 0,9%”, referiu Pedro do Ó Ramos, lamentando que se demore em média 548 dias a pagar aos fornecedores.

A Cultura não é uma preocupação para o Governo. As linhas para a Cultura inscritas no Orçamento do Estado para 2018, à semelhança da proposta do ano passado, mostram um Executivo sem ambição e sem linha de rumo. Nas artes, no audiovisual, no teatro, nos conteúdos curriculares, na gestão e digitalização do património arquivístico o que encontramos são “promessas e tantas expectativas”.

“O senhor ministro disse que a política é a arte do possível. Tem sido muito pouco possível”, declarou Pedro do Ó Ramos.

Na audição ao ministro da Cultura, para a apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para este setor, o deputado do PSD criticou o malabarismo do Executivo em tentar apresentar resultados. “Como tinha um Orçamento inferior ao do anterior Governo, o senhor ministro só falava do Orçamento executado. E não conhecem a execução do Orçamento do Estado de 2017. (...) O Orçamento do Estado para a Cultura continua a ser uma desilusão”, destacou.

Para o PSD, sustenta Pedro do Ó Ramos, “o Ministério da Cultura continua a ser um dos ministérios mais pobres” e o Orçamento para o próximo ano revela a falta de força política de ministro para colocar a Cultura como eixo prioritário da ação governativa. Um desinteresse que incomoda os parceiros da esquerda, o PCP e o BE. “Estes dois partidos negociaram este Orçamento. Das duas uma, ou não colocaram a Cultura no centro das vossas preocupações ou então não tiveram força política para conseguir essas pretensões”, ressaltou.

Embora tenha sido criado o Ministério da Cultura, não há “um reforço de verbas”, pois o Orçamento “cresce apenas 0,9%”, referiu Pedro do Ó Ramos, lamentando que o Ministério da Cultura demore em média 548 dias a pagar aos fornecedores.

# Maior evento de tecnologia veio para Portugal com o governo PSD/CDS-PP



Lisboa recebeu na semana passada aquela que é considerada a maior cimeira de empreendedorismo e tecnologia da Europa. A Web Summit chegou a Portugal em novembro de 2016, depois de o Governo PSD/CDS-PP ter desenvolvido uma proposta que ditou que a capital portuguesa fosse escolhida para acolher o evento durante três anos, com possibilidade de renovação por mais dois.

Aquando da primeira edição, Pedro Passos Coelho recordou que a Web Summit chegou a Portugal graças a um trabalho intenso que se iniciou ainda em 2014. Uma operação que foi liderada pelo vice-primeiro-ministro em íntima associação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

O líder do PSD afirmou que, com esta grande conquista do Governo por si liderado, a Web Summit “tem um significado tremendo, quer no que respeita ao relevo que dá à economia digital, quer em termos de dinamismo, sobretudo de gente mais nova que cria empresas em quase todos os setores”.

Pedro Passos Coelho desejou que pudesse haver “continuidade política”. “Estes não são assuntos de natureza partidária, mas antes matérias nacionais em relação às quais gostaria que houvesse uma convergência muito grande de trabalho político, económico, social e institucional”, destacou.

## De Dublin até Lisboa

A Web Summit surgiu em 2010, na Irlanda. Quando os promotores decidiram sair de Dublin, já se percebera, em Portugal que se tratava de “um evento com uma capacidade de atração de “startups”, de motivação da economia digital e de levantamento de fundos muito importante para boas ideias e bons negócios”, lembrou à Rádio Renascença o então vice-primeiro-ministro, Paulo Portas. Tendo como objetivo o crescimento económico do País e a atração de investimento, foi enviada “uma missão sigilosa, através da AICEP” para “contactar com a organização da Web Summit”, explicou. “A partir daí tratou-se de preparar, com tempo, uma proposta portuguesa que fosse muito competitiva e que convencesse a Web Summit a transferir-se de armas e bagagens para Portugal”, continuou.

## Agosto de 2015: Executivo anunciava candidatura

Em agosto de 2015, o vice-primeiro-ministro do Governo PSD/CDS-PP anunciava a candidatura à edição de 2016. Em setembro de 2015, Lisboa e Amesterdão eram apresentadas como as duas cidades finalistas. Em Portugal não tardou em surgir um movimento (Let’s bring the Web Summit 2016 to Lisbon) com o objetivo de mostrar que o País reunia condições para receber o evento.

## Setembro de 2015: Lisboa escolhida para receber o evento

Paddy Cosgrave, empreendedor irlandês e presidente do Web Summit, anunciou em finais de setembro de 2015 que Lisboa fora a escolhida para receber a cimeira. “Vai dar-nos oportunidade de crescer”, dizia o presidente, acrescentando que a capital portuguesa é uma “cidade brilhante, com uma comunidade de empreendedores brilhante”.

Por sua vez, Paulo Portas confirmava tratar-se de “uma grande oportunidade para melhorarmos o ecossistema tecnológico português”. “Vencer a competição pela Web Summit não tem apenas que ver com trazer um dos eventos mais importantes da economia do século XXI”, destacava, acrescentando que se tratava também de colocar Lisboa “no centro do mundo da Internet, das novas tecnologias e das empresas mais competitivas”.

## Novembro de 2016: Web Summit com impacto na ordem dos 200 milhões de euros

Em novembro de 2016, Lisboa recebeu, pela primeira vez, o maior evento de empreendedorismo, tecnologia e inovação da Europa. O impacto direto do evento terá sido entre 150 e 200 milhões de euros. Registou-se, assim, um benefício da economia portuguesa no último trimestre do ano. Participaram cerca de 53.000 pessoas, 1490 “startups” e 1300 investidores. Foram realizadas 21 conferências, com 663 oradores e 2.000 jornalistas.

## Novembro de 2017: 60 mil participantes

A edição em Lisboa da Web Summit teve lotação esgotada. Durante quatro dias passaram pelo Parque das Nações mais de mil oradores, 60 mil participantes, 2.600 jornalistas e 1.400 investidores.



## PSD quer ouvir o ex-presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

O PSD quer ouvir, no Parlamento, o ex-presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Joaquim Leitão, para esclarecimentos sobre a falta de utilização do software Traces, durante o combate aos incêndios florestais e rurais de 2017.

“Sabemos que esta ferramenta foi entregue ao Ministério da Administração Interna, mas nunca chegou ao organismo que dela mais precisava, a ANPC”, disse o deputado social-democrata Maurício Marques, para quem a situação é “demasiado grave, face aos trágicos acontecimentos ocorridos durante o corrente ano”.

Num requerimento para ouvir o anterior responsável máximo pela ANPC, no Grupo de Trabalho da Temática dos Incêndios Florestais, os deputados social-democratas referem que o “software” Traces foi adquirido em 2015 por 200 mil euros à Motorola. Maurício Marques, coordenador do PSD na Comissão de Agricultura e Mar, explica que “após várias queixas de funcionamento do Sistema, entendeu o anterior Governo implementar uma ferramenta que permitisse monitorizar em tempo real a cobertura do SIRESP”. No entanto, segundo a informação tornada pública, e apesar de terem passado dois anos, a ANPC nunca teve acesso à utilização do referido sistema Traces, nem mesmo após a solicitação da licença por parte desta à tutela, em agosto, já depois da tragédia de Pedrógão Grande.

Tal como já admitiu Joaquim Leitão, a utilização do sistema Traces “habilitaria o comandante das operações de socorro, de qualquer teatro de operações, a ter informação fidedigna acerca da cobertura da rede SIRESP e de outras redes convencionais na zona”.

### Software Traces: monitorização em tempo real da cobertura de rede

Refira-se que o sistema foi entregue ao Estado português com duas licenças de utilização, uma para a ANPC e outra para a Secretaria-geral da Administração Interna (SGMAI), mas esta última reteve as duas licenças, impossibilitando a sua utilização por parte da Proteção Civil.

Ao monitorizar em tempo real a cobertura da rede SIRESP, o software Traces fornece informação fundamental no apoio à tomada de decisões no comando operacional dos combates aos incêndios, nomeadamente quanto à melhor localização dos postos de comando e das antenas móveis do SIRESP. Precisamente, aspetos que, de acordo com os peritos da comissão técnica independente, terão sido incorretamente avaliados no caso dos incêndios de Pedrógão.

## PSD pede intervenção do MAI nos Bombeiros de Campo Maior

O PSD pede a atuação urgente do ministro da Administração Interna no conflito que opõe o comando e o corpo de Bombeiros Voluntários de Campo Maior. “A instabilidade que está instalada na Associação de Bombeiros de Campo Maior é preocupante perante o papel determinante dos generosos bombeiros na prevenção, proteção e socorro das populações que servem”, declaram Carlos Abreu Amorim, Cristóvão Crespo e Duarte Marques, numa pergunta dirigida ao ministro Eduardo Cabrita.

Os deputados do PSD exigem medidas que permitam ultrapassar o vazio criado pela demissão do comandante da Corporação.

Os deputados social-democratas denunciam ainda o ambiente de atropelo aos direitos dos membros da Corporação. “Para os bombeiros voluntários não pode existir perda de remuneração ou quaisquer outros direitos e regalias, em função do exercício da nobre missão, sobretudo quando chamados a desempenhar funções noutros concelhos do país, a pedido do Estado e da Proteção Civil”, alertam os deputados.

De acordo com um jornal local, os bombeiros já chegaram a depor a farda e os capacetes à entrada das instalações como forma de protesto.

Os Bombeiros Voluntários de Campo Maior assinalaram em outubro 68 anos de existência e dispõem de um dispositivo de 35 elementos.

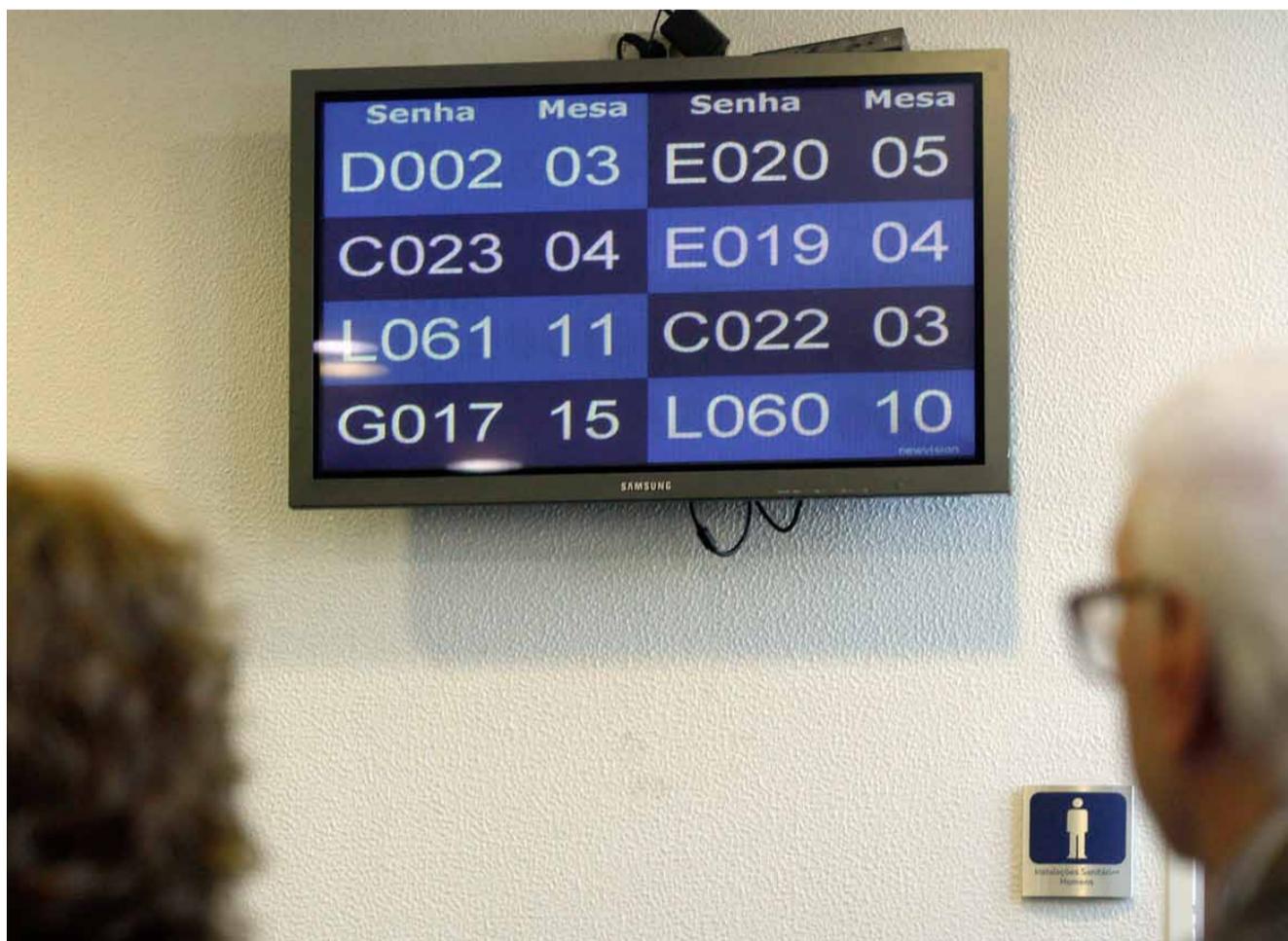


# Familiares de titulares da ADSE obrigados a provar situação contributiva

Os familiares de titulares inscritos na ADSE que não comprovam - junto do Instituto de Proteção e Assistência na Doença - a sua situação contributiva perante a Segurança Social, poderão ver os seus direitos cancelados, de acordo com informação, da ADSE, dada a conhecer aos deputados do PSD.

“Tem o sr. ministro conhecimento deste ofício?”, questionam os social-democratas em pergunta regimental dirigida ao Ministério da Saúde. “Tomou alguma medida para acautelar que os beneficiários, na sua maioria idosos, que não enviem os documentos solicitados, por motivos que não os de incumprimento do decreto-lei 118/83, não sejam cancelados os seus direitos?”, continuam. “Consegue garantir que todos os atuais beneficiários que estejam em cumprimento da Lei e que não enviem os documentos requeridos não serão prejudicados?”, perguntam ainda Luís Vales, Miguel Santos, Ângela Guerra e Maria das Mercês Borges.

Os deputados do PSD, “sabendo que muitos destes beneficiários poderão não conseguir enviar os documentos por incapacidades diversas”, manifestam, assim, a sua preocupação, lembrando dificuldades como “incapacidade de locomoção, de suporte ou de apoio”.



# Falta de médicos no Hospital de Évora prejudica bloco de partos



As escalas de pessoal médico não estão a ser cumpridas no Serviço de Obstetria/Ginecologia do Hospital Espírito Santo de Évora (HESE). Uma situação que está a afetar o funcionamento do bloco de partos daquela unidade hospitalar do Alto Alentejo.

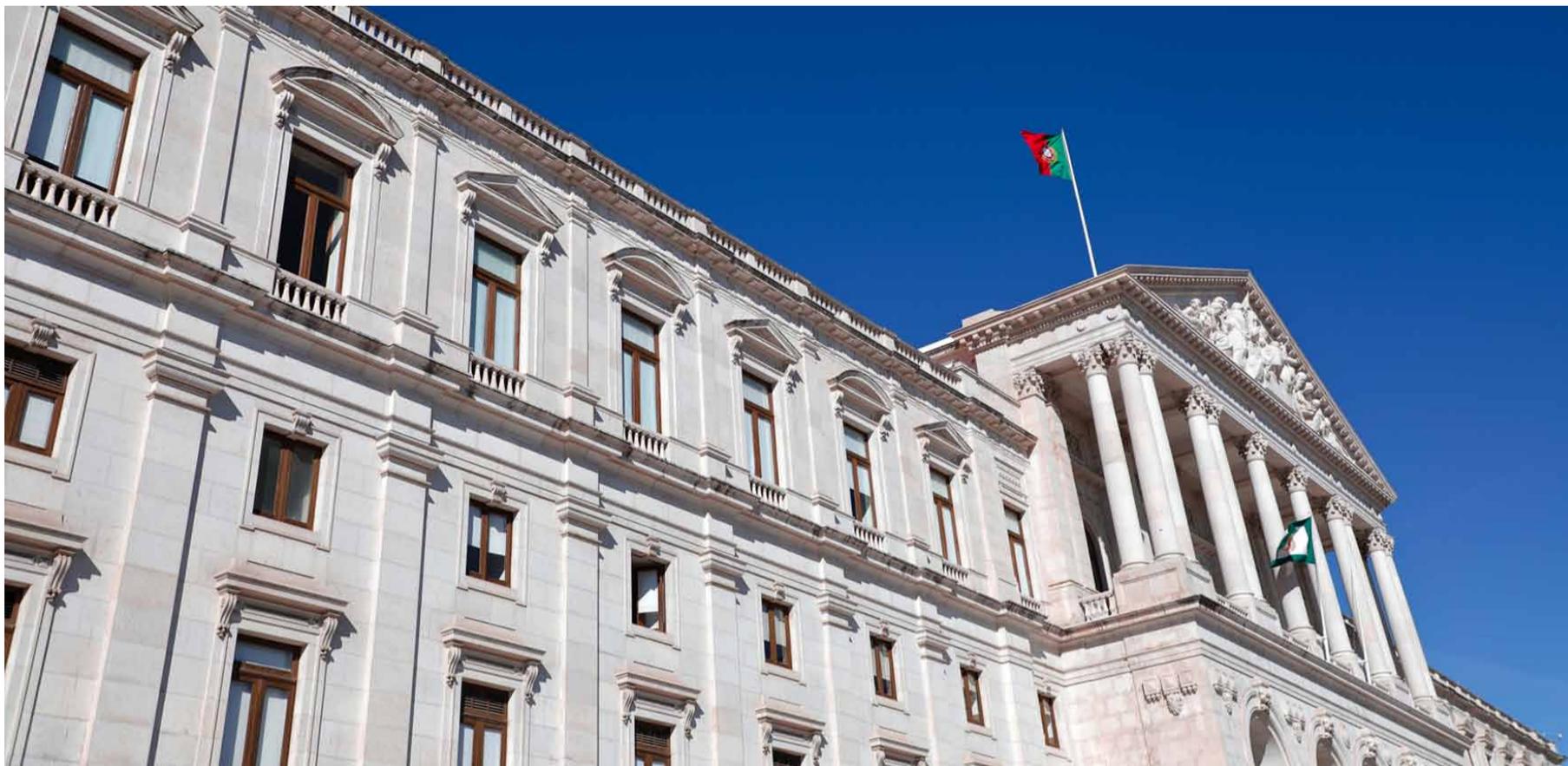
Para os deputados do PSD, só há uma solução: a contratação de médicos suficientes para “permitir que o Serviço de Obstetria/Ginecologia possa funcionar adequadamente”.

“Na realidade, em vez dos três médicos obrigatórios e fundamentais para o bom serviço deste importantíssimo serviço de saúde, em 19 dos 30 dias de novembro, apenas estão escalonados 1 ou 2 médicos. Claramente insuficiente e altamente arriscado”, alertam os deputados do PSD.

Numa pergunta enviada ao ministro da Saúde, os deputados recordam também que “um grupo de enfermeiras do Hospital Espírito Santo em Évora colocou um conjunto de preocupações sobre muitos dos problemas que ocorrem no Serviço de Obstetria/Ginecologia do Hospital”. Até hoje, o Governo não remeteu qualquer resposta.

O PSD adverte que a ocorrência destes problemas vem agravar uma situação por si só que já “merece cuidados redobrados”, prejudicando o funcionamento de “um serviço fundamental, com grande prestígio” como o HESE.

# Orçamento não prepara Portugal para os tempos difíceis



O Governo está preocupado apenas com o curto prazo e agrava a fiscalidade indireta e as taxas, afirmam os deputados do PSD, em audições ao Conselho de Finanças Públicas e ao Conselho Económico e Social. O País perde oportunidades e não resolve problemas estruturais como, por exemplo, a falta de poupança.

“Este orçamento limita-se a viver da conjuntura favorável, mas não prepara o País para os tempos difíceis que, a qualquer momento, podem surgir”, afirmou esta quinta-feira Duarte Pacheco, em audição ao Conselho de Finanças Públicas (CFP), sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2018.

“Aquilo que nos expressaram [CPF] mostra que estão em linha com o facto de entendermos que, para este Orçamento e para o senhor ministro das Finanças, não existe amanhã”, assinalou o social-democrata, reforçando que este OE “se preocupa, essencialmente, com o curto prazo, em detrimento do médio e longo prazo”.

“Aquilo que o próprio CFP afirma é que temos uma redução do défice estrutural significativamente abaixo daquilo que o País se comprometeu a nível europeu”, disse o deputado. “Sabemos que existem muitas medidas que não estão quantificadas e explícitas”, denunciou, considerando que isso “põe em causa a transparência de um orçamento que deve ser credível para merecer a confiança das organizações e investidores”.

## Inês Domingos: “Estamos a perder oportunidades”

Segundo alertou Inês Domingos, “estamos a perder oportunidades com este Orçamento”. Por isso perguntou, “quais são as consequências para a sustentabilidade da dívida, das finanças públicas?”. Frisou que existem ciclos para, logo, questionar como é que, quando o ciclo mudar, “as finanças públicas poderão ser sustentadas se não as prepararmos agora”.

“O que nos preocupa, neste momento, é que o PCP e o BE já se preparam para aumentar ainda mais o IRC”, expressou a social-democrata. “Neste momento temos a taxa máxima de IRC, que é a oitava maior da OCDE e



parece-me que o Governo e os partidos mais à esquerda andam num concurso para fazer subir esta taxa”, alertou, perguntando “que impacto é que isto tem sobre o crescimento futuro, o investimento externo em Portugal, o crescimento e sustentabilidade das Finanças Públicas”.

## António Costa Silva: “O Governo governa para si próprio e não para o País”

António Costa Silva, em audição ao Conselho Económico e Social (CES), recordou que “o Governo governa para si próprio e não para o País”. Disse que, com este OE, se está “perante muitos paliativos”, pelo que solicitou

ao CES que se pronunciasse sobre aspectos que para o PSD “são determinantes”.

O deputado lembrou, assim, o “recorde histórico da dívida pública portuguesa que em 2017 ultrapassou 250 mil milhões de euros”. Salientou tratar-se de “uma das maiores dívidas públicas do mundo, em que os credores são sobretudo pessoas e entidades de outros países”.

O social-democrata abordou, também, os baixos níveis de poupança que se têm registado em Portugal, para salientar ser importante perceber que impacto tem esta realidade no investimento ou nas famílias. Questionou, também, o CES sobre “esta persistência num caminho de austeridade dissimulada: mais impostos indiretos, injustos”.



## Governo sacode responsabilidades no caso do Panteão Nacional

As explicações são insuficientes e o Governo continua por não reconhecer que errou ao ter autorizado a utilização do Panteão Nacional para um evento privado não consentâneo com a dignidade e o respeito da memória exigidas para aquele espaço público.

“O grupo parlamentar do PSD considera indigno e inaceitável justificar a autorização concedida” – para realização do jantar de encerramento do Web Summit no Panteão Nacional – com um despacho do Executivo anterior e coloca, por isso, oito questões ao primeiro-ministro.

De perguntas como “do programa” da cimeira da tecnologia “constava o jantar no Panteão?”, os deputados pretendem saber se foram dirigidos convites aos ministérios e, em particular ao primeiro-ministro, e se membros do Governo estiveram presentes na Igreja de Santa Engrácia.

Os parlamentares referem ser “lastimável” que António Costa “venha uma vez mais justificar-se com o governo anterior”, recusando-se a assumir “a responsabilidade da autorização concedida pelo seu Governo à organização do Web Summit para realizar um jantar no Panteão Nacional”.

Já no sábado, numa primeira reação a este caso, Sérgio Azevedo, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, referiu que “não vale a pena tapar o sol com a peneira e dizer que isto é responsabilidade do governo anterior.” Muito pelo contrário, a “responsabilidade do governo anterior foi a regulamentação da utilização dos espaços culturais. Responsabilidade do senhor primeiro-ministro e do seu Governo foi a autorização concedida à organização do Web Summit para realizar um jantar no Panteão Nacional”.

O deputado lembra que o despacho exarado pelo governo anterior é um despacho que regulamenta a utilização dos espaços culturais ou do património cultural. Nesse sentido, basta consultar “os três primeiros artigos”, para perceber que “a utilização desses espaços carece de autorização da Direção-geral do Património Cultural e que essa utilização não pode ser contrária à dimensão histórica e cultural que o equipamento a ser utilizado possui”.

“Portanto, há aqui um equívoco e uma enorme falta de assumir responsabilidades”, reforçou o deputado social-democrata.

Sérgio Azevedo entende que o primeiro-ministro só tem uma solução: “tomar as diligências necessárias”. “Para não perder a sua autoridade, só tem uma solução que é demitir ou fazer de tudo para que quem autorizou, quem compactuou, não represente o Estado nestas indignidades”, sublinhou o deputado.

# Madeira é alvo de “discriminações inaceitáveis”

A Madeira está a ser alvo de “discriminações inaceitáveis” por parte do Executivo nacional, que apenas tem estado ao “serviço de interesses partidários”. No encerramento das IV jornadas parlamentares do PSD, no Funchal, 8 de novembro, o presidente do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, alertou que a Região Autónoma vive hoje “uma situação muito complicada”, ao ser confrontada com “a utilização de um Estado e de um Governo, que, em que vez de estar ao serviço da ‘res publica’, parece que está a ser utilizado e monopolizado ao serviço partidário”, o que considerou ser “inaceitável num Estado de Direito e num Estado Europeu”.

“Estamos a falar de discriminações inaceitáveis, como a circunstância de estarmos a pagar uma taxa de juro pelo empréstimo [concedido pelo Estado] claramente superior àquela que a República paga ao exterior”, disse Miguel Albuquerque.

O presidente do Governo Regional referia-se à ajuda canalizada para a região autónoma através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), destinado a fazer face à dívida pública superior a 6.000 milhões de euros e que vigorou entre 2012 e 2015.

Miguel Albuquerque venceu que, neste momento, a República está a “ganhar dinheiro” à custa da Madeira e, por outro lado, acusou o governo de António Costa de estar a ser “manipulado” por interesses partidários.

Miguel Albuquerque aproveitou o encerramento das jornadas parlamentares do PSD, para reafirmar que o programa do executivo será cumprido “integralmente”, garantindo ainda que, nestes últimos dois anos de mandato, será iniciado um “novo ciclo de investimento”, com prioridade para os apoios sociais, a saúde, a educação, o ambiente e as acessibilidades.



No balanço aos primeiros anos de mandato, Miguel Albuquerque salientou que o Governo Regional não só conseguiu fazer uma recuperação económica e social “coroadada de êxito”, como também o fez cumprindo aquilo com que se comprometeu com a população em 2015. A começar pela redução da carga fiscal em 12,5 milhões de euros, mas também com a reposição do subsídio de insularidade, com 4,8 milhões de euros devolvidos às famílias.”

O líder do grupo parlamentar do PSD, Jaime Filipe Ramos, afirmou, por seu lado, que os deputados vão “continuar a exigir” que o executivo regional cumpra o

seu programa, embora considere que o Orçamento do Estado para 2018 poderá constituir um “obstáculo” para a Madeira.

Durante as jornadas parlamentares regionais, além da freguesia de São Roque, foram realizadas sessões de trabalho em Santo António e no Monte, no âmbito da preparação do Orçamento da Região para 2018, que será o ponto de partida para esta segunda metade do mandato, depois de nos dois primeiros anos e meio ter sido possível “recuperar a Região de um Programa de Ajustamento difícil e duro para a população”.

## Mais capacidade para prever e combater os riscos de corrupção



A melhoria do sistema democrático nos Açores passa também por uma “maior capacidade de combater os riscos de corrupção” e por introduzir “mais transparência” nos órgãos de poder regionais. O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, considera que é preciso mais “capacidade para prever e combater os riscos de corrupção” disponibilizando-se a contribuir com propostas para o efeito.

“Exige-se um esforço cada vez maior de todos no combate à corrupção. Há planos que têm de ser feitos ou atualizados. E há responsabilidades que têm de ser assumidas, de maneira que a confiança dos açorianos na administração pública regional não possa ser posta em causa, como recentemente foi”, afirmou Duarte Freitas, após uma reunião com Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Advogados, dia 8.

O líder dos social-democratas açorianos entende como necessário o “contributo de todos para prevenir e combater os riscos de corrupção” nos serviços públicos, a bem da “qualidade da nossa democracia”. “Esta é uma questão de princípio para o PSD/Açores. Ter uma melhor democracia passa também por ter mais transparência e maior capacidade de combater os riscos de corrupção”, sublinhou.

Duarte Freitas reuniu com a Ordem dos Advogados dos Açores no âmbito de uma série de reuniões agendadas “com as forças vivas e a sociedade açoriana” com vista à

“preparação da discussão” do Plano e Orçamento dos Açores para o próximo ano, onde assumiu “apresentar propostas de alteração”.

“O PSD/Açores vai intervir e vai concretizar em termos discursivos no âmbito do Plano e Orçamento, mas também em termos de propostas de alteração medidas em todas as áreas/questões matriciais, de princípio do PSD Açores, como melhor economia, mais sociedade e melhor democracia”, disse.

Para o líder do maior partido de oposição nos Açores, é preciso “acabar com uma dependência” que, no passado, era “económica e, muitas vezes, social”, mas que, “hoje em dia, é quase psicológica dos açorianos em relação ao poder que muitas vezes é exercido de forma não tão transparente como devia”.

“Nos Açores temos poucos equilíbrios de poderes, temos um défice de equilíbrio de poderes temos uma administração regional, um setor público empresarial regional, que tem um peso enorme relativamente muito maior do que existe a nível nacional ou noutras democracias e, por isso, exige também que outros contrapoderes possam ser exercidos”, afirmou.

O presidente do PSD/Açores acrescentou que na Região “é preciso ter mais capacidade e meios para fiscalizar a atuação de toda a administração regional”.

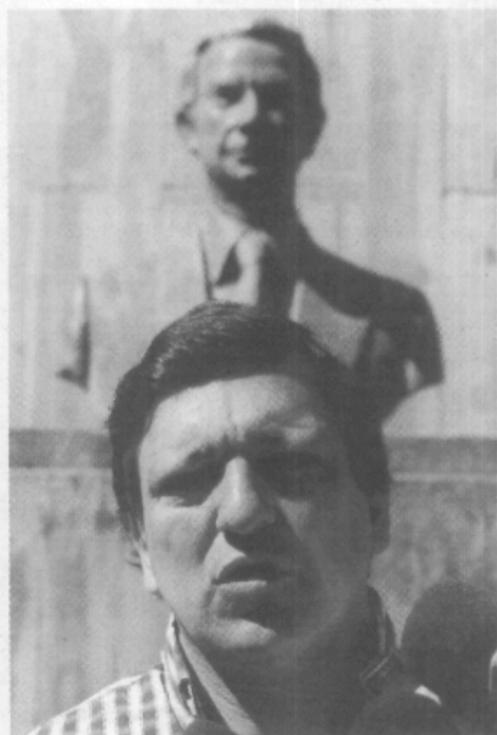
# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

“Já tem o Portugal que quer?”

**Durão Barroso percorre o País, escuta queixas e protestos e apresenta soluções alternativas**



- Medidas de Apoios ao Portugal Empreendedor
  - Ambiente deve ser “política das políticas”
  - Candidaturas ao Ensino Superior
- É o futuro de Portugal que vai a concurso
- Desporto

20 mil Associações e 250 mil dirigentes movimentam 700 milhões de contos por ano

páginas 3 a 11



Edição n.º 1192 do “Povo Livre”, de 21 de julho de 1999. Manchete: “Já tem o Portugal que quer? Durão Barroso percorre o País, escuta queixas e protestos e apresenta soluções alternativas”. Maria Eduarda Azevedo era a diretora do “Povo Livre”.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**ALBUFEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Albufeira para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2017, (terça-feira) pelas 20h30 na sede, sita na Est. Vale da Pedra, Ed. Palmeira, 1º loja J. com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Análise dos resultados eleitorais  
2 - Análise e discussão da situação política local e nacional

**ALCOCHETE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
2 - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

**ALEMANHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Alemanha, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 15h00, (hora local) na Wilhelmstrasse, 22 - 71638 Ludwigsburg - Stuttgart, com a seguinte  
Ordem de trabalhos:  
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
2 - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00 (hora local)

**ALIJÓ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja Esquerda, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas / 2017  
2 - Análise da situação política  
3 - Outros assuntos

**AMARANTE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Edifício do Salto, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas de 01 de Outubro de 2017  
2 - Análise da situação política nacional  
3 - Outros assuntos

**BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, no Hotel Mercure - Braga, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Orçamento para 2018 - apreciação e aprovação  
3 - Eleições Autárquicas e análise da situação política local  
4 - Eleições do Presidente e Congresso  
5 - Situação política nacional - análise

**CANTANHEDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2017 (Segunda-Feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça Marquês de Marialva, Cento Comercial Rossio, 2º andar, sala 11 - Cantanhede, com a seguinte Ordem de Trabalho  
1 - Informações  
2 - Análise Eleições Autárquicas  
3 - Análise da situação política  
4 - Outros Assuntos

**ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção dos Estados Unidos da América - USA, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 11h00, (hora local) no Mineola Portuguese Center, sito no 306 Jericho Turnpike, Mineola, NY 11501, com a seguinte  
Ordem de trabalhos:  
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
2 - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 11h00 às 16h00 (hora local)

**FIGUEIRA DA FOZ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 24 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Análise da situação política

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir, no próximo dia 27 de Novembro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Orçamento para 2018  
2 - Análise da situação política

**OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua António Canastinha, nº 1 - B, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Análise dos resultados eleitorais  
2 - Análise da situação política local e nacional  
3 - Outros assuntos de interesse

**PENAMACOR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penamacor, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h00,

na sede, sita na Rua 25 de Abril, 66 - 1º, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção  
a - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
b - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Distrital de Castelo Branco, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

**PORTO / NÚCLEO OCIDENTAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2017, (terça-feira) pelas 21h30, no Salão Nobre da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Avaliação dos resultados Autárquicos  
3 - Plano de actividades para 2018  
4 - Análise da situação política"

**SESIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Situação política nacional  
3 - Informações sobre o novo mandato autárquico

**SUIÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Suíça, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2017, (sábado) pelas 11h00, na Rue de Neuchatel, 10 - 1201 GENEVE, com a seguinte  
Ordem de trabalhos:  
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
2 - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 11h00 às 13h30

**VILA DO CONDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Dezembro de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção  
2 - Eleição da Comissão Política de Secção  
**Notas**  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

**VILA FRANCA DE XIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 28 de Novembro de 2017, (terça-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte  
Ordem de trabalhos  
1 - Informações  
2 - Análise dos resultados eleitorais Autárquicas  
3 - Análise da situação política



## REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA NO XXXVII CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA A DECORRER DE 16 A 18 DE FEVEREIRO DE 2018 EM LISBOA

### Artigo 1º (Âmbito)

O presente regulamento define as formas de participação da JSD no XXXVII Congresso Nacional do PSD.

### Artigo 2º (Apresentação de Propostas)

1. A Comissão Política Nacional (CPN) poderá, em nome da JSD, apresentar propostas sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos do Congresso.

2. Os Membros do Conselho Nacional e as Comissões Políticas Distritais, deverão remeter por escrito à Comissão Política Nacional da JSD até 18h00 do dia 26 janeiro de 2018, todos os contributos que entenderem válidos para a elaboração de propostas.

### Artigo 3º (Rateio)

Os setenta (70) congressistas da JSD presentes no XXXVII Congresso Nacional do PSD, de acordo com o regulamento do Congresso, são rateados do seguinte modo:

- a) Catorze (14) delegados para os Órgãos Nacionais da JSD;
- b) Cinquenta e seis (56) delegados a distribuir pelas Comissões Políticas Distritais e Regionais em efetividade de funções, sendo atribuído um delegado a cada Comissão Política Distrital/Regional e os restantes rateados por método de hondt, de acordo com o número total de militantes.

### Artigo 4º (Delegados)

1. Os Delegados atribuídos aos Órgãos Nacionais serão indicados de entre os seus membros.

2. Os Delegados atribuídos às Comissões Políticas Distritais/Regionais serão indicados pelas respectivas Comissões Políticas.

3. Caso alguma Comissão Política Distrital/Regional não proceda à indicação ou à inscrição de algum dos delegados que cabem à respectiva Região ou Distrito, a Comissão Política Nacional indicará o respectivo substituto.

### Artigo 5º (Substituição e Suplentes)

As substituições a efetuar, em caso de existir impedimento de algum Delegado em estar presente no XXXVII Congresso Nacional do PSD, serão efectuados de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional da JSD.

### Artigo 6º (Inscrição)

1. A inscrição dos Delegados da JSD processa-se perante a Secretária-Geral da JSD, e as respectivas fichas

de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 19 de janeiro de 2018

2. A inscrição só será válida se cumpridos os pressupostos previstos no respectivo regulamento.

### Artigo 7º (Observadores)

1. A Comissão Política Nacional da JSD rateará os lugares de Observadores atribuídos à JSD, informando disso as Comissões Políticas Regionais e Distritais.

2. A inscrição dos Observadores da JSD processa-se perante a Secretária-Geral da JSD, e as respectivas fichas de inscrição deverão dar entrada na Sede Nacional da JSD até às 18h00 do dia 19 de janeiro de 2018

### Artigo 8º (Publicidade e entrada em vigor)

Este regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Conselho Nacional da JSD.

### RATEIO DOS DELEGADOS DA JSD AO XXXVII CONGRESSO NACIONAL DO PSD 16,17 E 18 DE FEVEREIRO DE 2018 – LISBOA

Distribuição Delegados		
CPN		11
Mesa CN		1
CJN		1
CEI		1
Regional	Açores	2
Distrital	Aveiro	4
Distrital	Braga	8
Distrital	Bragança	2
Distrital	Castelo Branco	1
Distrital	Coimbra	3
Distrital	Évora	1
Distrital	Faro	1
Distrital	Guarda	2
Distrital	Leiria	3
Distrital	Lisboa Área Metropolitana	6
Distrital	Lisboa Área Oeste	1
Regional	Madeira	2
Distrital	Portalegre	1
Distrital	Porto	9
Distrital	Santarém	3
Distrital	Setúbal	1
Distrital	Viana do Castelo	2
Distrital	Vila Real	2
Distrital	Viseu	2
<b>TOTAL</b>		<b>70</b>

Total de Delegados da JSD no XXXVII Congresso Nacional do PSD = 70



### CONSELHO DISTRIAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Faro, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2017 (Sábado), pelas 10h30, na Sede do PSD/Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise do projecto de Regulamento Interno da Comissão Política Distrital da JSD/Faro;
- 2 - Análise do relatório de avaliação do 3.º Formar Algarve, preparado pela Comissão Política Distrital da JSD/Faro;
- 3 - Calendarização da Eleição dos delegados da JSD/Algarve à Assembleia Distrital do PSD/Algarve.

### ERRATA - CONVOCATÓRIA

### CONGRESSO DISTRIAL DA JSD SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o IV Congresso Distrital da JSD Santarém para decorrer no dia 16 de Dezembro de 2017 (sábado), pelas 10h00, na Sala Multiusos, Complexo Cultural da Levada, Rua João Carlos Everard, 2300-552 Tomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Sessão de abertura e boas vindas do IV Congresso Distrital da JSD Santarém;
2. Apreciação do mandato distrital - 2015/2017;
3. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
4. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
5. Eleição dos órgãos distritais do mandato 2017/2019 e aprovação da Moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h30m e as 17h30m);
6. Votação das propostas apresentadas para distinção de militantes e presidentes honorários, simultaneamente com a votação das listas aos Órgãos distritais;
7. Votação das moções sectoriais;
8. Tomada de posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
9. Sessão de Encerramento do IV Congresso Distrital da JSD Santarém.

Notas:

1. As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao ato eleitoral (13 Dezembro) na Sede Distrital da JSD e PSD de Santarém, sita em Largo Cândido dos Reis, n.º 12 - R/C, 2000-241 Santarém.

2. Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

3. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h30m e as 17h30m.

### CARTAXO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Cartaxo, para o dia 25 de Novembro de 2017, pelas 15h, na sede do PSD do Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, nº 32A 1 Dt.º, Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço das Autárquicas 2017;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros Assuntos.

### CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Carrazeda de Ansiães, para reunir no dia 9 de Dezembro de 2017 (sábado), pelas 17h30, na sede concelhia do PSD, sita na Av. Luís de Camões nº 823 - 2º frente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição Municipal - contributo da JSD;
- 2 - Angariação de novos membros;
- 3 - Análise da situação política da JSD;
- 4 - Outros assuntos.

### GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Guimarães, no dia 16 de Dezembro de 2017, sexta-feira, às 21:00 horas, na sede do PSD Guimarães, Largo do Toural, n.º 128, 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa de Plenário de Guimarães.

Nota:

As urnas estarão abertas das 21:00 às 23:00.

As Listas candidatas deverão ser apresentadas em

duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral."

### MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Mogadouro, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2017 pelas 15 h na sede da JSD e PSD de Mogadouro, na Casa da Cultura de Mogadouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da concelhia da JSD de Mogadouro.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso ou a quem o possa substituir na Sede supra citada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

### PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Penafiel, para reunirem Plenário às 21h do dia 27 de Novembro de 2017 nas instalações da Junta de Freguesia de Paço de Sousa, Concelho de Penafiel, ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da situação política local e nacional.

### SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 16 de Dezembro de 2017, pelas 14h30m na Sede da Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Santa Maria da Feira;

Notas:

O ato eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 17h30.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Santa Maria da Feira ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Santa Maria da Feira, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

## REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRIAL DA JSD BRAGANÇA

### CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

#### Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Bragança da JSD.

#### Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

### CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRIAL E SEUS MEMBROS

#### Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;

b) A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

#### Artigo 4.º (Composição e direitos de Voto)

1. Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:

a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, regularmente eleita e em exercício de funções;

b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b), do artigo 27.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;

c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do

artigo seguinte.

2. São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:

a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;

b) Os membros da Comissão Política Distrital;

c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), f), g), h), i), j), k) e l) do artigo 4.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3. A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4. Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

#### Artigo 5.º (eleição de delegados residenciais e elaboração do rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de um delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no n.º 3, do artigo

27.º, dos Estatutos Nacionais da JSD, no que respeita ao número mínimo de quinze militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Nacional e convocadas pelo seu Presidente;
- b) Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região;
- d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação eletrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

#### Artigo 6.º (direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- d) Participar nas discussões e votações;
- e) Interpelar os órgãos Distritais;
- f) Usar do direito de resposta, quando visados;
- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata.

#### Artigo 7.º (deveres dos delegados)

1. Constituem deveres dos Conselheiros:
  - a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/ credenciação;
  - b) Participar nas votações;
  - c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
  - d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
  - e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
  - f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

#### Artigo 8.º (participantes e observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.
2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

### CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

#### Artigo 9.º (data e Hora)

O Congresso Distrital de Bragança da JSD decorrerá no dia 30 de Dezembro de 2017 (sábado), em Carrazeda de Ansiães, com início às 15h, no Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães, sito na Praça D. Lopo Vaz de Sampaio, 5140-067 Carrazeda de Ansiães.

#### Artigo 10.º (Quórum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.
3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.
4. Excetua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

#### Artigo 11.º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

#### Artigo 12.º (ordem de trabalhos)

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apreciação do mandato distrital anterior;
4. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
5. Eleição dos órgãos Distritais para o mandato e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h30 e as 17h30);
5. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;
6. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
7. Encerramento.

#### Artigo 13.º (Uso da palavra)

1. A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:
  - a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
  - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
  - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
  - d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
  - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
  - f) Apresentar requerimentos, protestos, contrapropostas e formular votos;
  - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
  - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
  - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra;
  - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

#### Artigo 14.º (Competências do presidente da Mesa)

1. Compete ao Presidente da Mesa:
  - a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
  - b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
  - c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
  - d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
  - e) Colocar à imediata votação, todos os requerimen-

tos admitidos;

f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;

g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

#### Artigo 15.º (Competências dos Vice-presidentes da Mesa)

1. Compete aos Vice-Presidentes:
  - a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
  - b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
  - c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

#### Artigo 16.º (Competências dos secretários da Mesa)

1. Compete aos Secretários:
  - a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
  - b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
  - c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
  - d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
  - e) Servir de escrutinador;
  - f) Elaborar as atas.

### CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

#### Artigo 17.º (Moções de estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital - e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas apresentar a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.
2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.
3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.
4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

#### Artigo 18.º (Moções sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas, portanto, aos participantes ou observadores.
2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

#### Artigo 19.º (Apresentação e poder de disposição sobre as Moções sectoriais)

1. Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

#### Artigo 20.º (Candidaturas aos órgãos distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23h59m do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do dis-

posto no Regulamento Eleitoral da JSD.

**Artigo 21.º (Distinções Honorárias distritais)**

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excecionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excecional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias, e regem-se pelos mesmos preceitos de qualquer outra votação, sendo as propostas entregues no local, data e hora limite que consta na convocatória para a eleição dos Órgãos distritais.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respetivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 22.º (Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

**Artigo 23.º (Entrada em vigor)**

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação no Povo Livre de 15 de Novembro de 2017.

**ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS DE BRAGANÇA DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Bragança, para reunirem no próximo

dia 16 de Dezembro (sábado), entre as 15 horas e as 17 horas, nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados Concelhios ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas:

1. As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, nos locais indicados na tabela abaixo, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral da JSD.

2. A entrega das listas de delegados candidatas ao ato eleitoral e os respetivos atos eleitorais realizam-se nas sedes concelhias, cujos endereços postais constam do sítio da internet [www.psd.pt](http://www.psd.pt) e que se listam na tabela abaixo.

3. Qualquer esclarecimento procedimental deve ser dirigido ao respetivo Órgão nacional, para a sede nacional da JSD, através do correio eletrónico [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com), ou por correio registado com aviso de receção.

**CONGRESSO DISTRITAL DE BRAGANÇA DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o Congresso Distrital de Bragança da JSD para decorrer no dia 30 de Dezembro de 2017 (sábado), pelas 15h, no Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães, sito na Praça D. Lopo Vaz de Sampaio, 5140-067 Carrazeda de Ansiães, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apreciação do mandato distrital anterior;
4. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
5. Eleição dos órgãos Distritais para o mandato e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h30 e as 17h30);
5. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;
6. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
7. Encerramento.

Notas:

As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (27 de Dezembro) na sede distrital do PSD Bragança.

Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h30 e as 17h30.

Concelhia	Endereço Postal	Dia   Hora limite listas	Hora entrega	Dia   Hora do ato eleitoral
Alfândega da Fé	Rua Camilo Mendonça n.º 91	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Bragança	Praça da Sé n.º 16	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Carrazeda de Ansiães	Rua Luís de Camões n.º 823 2.º Frente	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Freixo de Espada à Cinta	Rua de S. Francisco n.º 3	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Macedo de Cavaleiros	Rua Clara Vaz n.º 1 2.º Esquerdo	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Miranda do Douro	Rua da Trindade s/n edificio Patrício	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Mirandela	Avenida 25 de Abril 273 subloja esquerda	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Mogadouro	Avenida do Sabor	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Torre de Moncorvo	Largo General Claudino n.º 21 1.º andar	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Vila Flor	Rua da Fonte Romana n.º 14	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Vimioso	Largo da Misericórdia n.º 17	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h
Vinhais	Largo do Arrebalde n.º 17	13/Dez.	23h59m	16/Dez.   15h – 17h



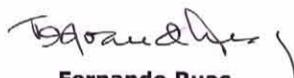
V CONSELHO NACIONAL/2017

Nos termos do disposto no artigo 20º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária no próximo dia **23 de novembro, quinta-feira, às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

**Ordem de Trabalhos**

- Ponto 1: Orçamento do PSD para o ano de 2018;
- Ponto 2: Orçamento do Estado para o ano de 2018;
- Ponto 3: Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Congresso

  
**Fernando Ruas**

Lisboa, 7 de novembro de 2017

# Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**